

3

Apercepção: percepção de segunda ordem?

3.1

Higher-Order Thought

Uma das mais consistentes interpretações do conceito leibniziano de apercepção apresenta-o como relativo a um pensamento ou percepção de segunda ordem. Em geral, isto significa dizer que a consciência é um estado mental fruto da presença não de uma percepção de primeira ordem, que, no caso da sensibilidade, apenas representa algo externo, mas de uma outra percepção que é dirigida a essa percepção de primeira ordem. Deste modo, a teoria do *higher-order thought* (HOT) é construída sobre dois pilares: primeiro, sobre a ideia de um tipo de percepção distinto da mera representação; e, em segundo lugar, sobre a tese de que essa percepção acarreta a consciência daquela primeira, isto é, da sensação.

Alison Simmons, comentadora que defende a tese do HOT, afirma que a consciência, para Leibniz, é fruto de uma percepção de percepções. Isto significa, de acordo com a autora, que o estado consciente é decorrente de uma percepção de segunda ordem, o que implicaria um ato reflexivo acerca duma percepção de primeira ordem. Nas palavras da autora:

*Consciousness, on Leibniz's view, requires two perceptual acts: a first-order perception of x and a second-order **reflective** perception of the original perception of x. Consciousness, in other words, amounts to some sort of perception of perceptions.*¹²³

Simmons argumenta em favor da tese do HOT baseando-se num estudo comparativo entre Leibniz e Descartes (e os cartesianos). Segundo a autora, enquanto para o filósofo francês o pensamento é o conceito genérico para designar a atividade mental básica, para o filósofo alemão seria o conceito de percepção

¹²³ SIMMONS, 2001, p. 53. Grifo nosso.

que cumpriria tal tarefa¹²⁴. E isso não seria irrelevante, como uma mera troca de termos. Para Simmons, tal diferença é crucial, pois, enquanto Descartes considerava a consciência como a essência da atividade mental, em virtude da ideia de pensamento, Leibniz considerava como essência a representatividade, envolvida na noção de percepção¹²⁵. Com isto, teríamos, por um lado, o pensador francês, afirmando que o sujeito é consciente de tudo o que ocorre na mente, e, por outro, o pensador alemão, afirmando que o sujeito não cessa nunca de representar o universo em que se encontra, mas que isto não implica que ele seja consciente de todas as suas percepções. Assim, a partir desta diferença basilar, tornar-se-ia possível a Leibniz afirmar a existência de percepções inconscientes.

Posto isto, Simmons conclui que para o filósofo alemão a ideia de representação não envolve necessariamente a de consciência. Ao contrário, a segunda é que é subordinada à primeira:

*Representation is the key to the mind and mental representation has nothing special to do with consciousness. Consciousness, for its part, will be subordinated to representation, for Leibniz will cast it as a special form of mental representation.*¹²⁶

Para haver consciência seria necessária a presença de um tipo especial de representação, ou seja, uma percepção de segunda ordem. Com isto, a simples percepção de algo externo não indicaria, para Leibniz, que o sujeito é consciente desse objeto externo; tal seria o caso apenas se o filósofo entendesse que toda percepção é consciente, à maneira de Descartes. Para Leibniz, somente com um reflexo (*reflective*) no e do mesmo sujeito que representa essas meras percepções é que se teriam estados conscientes. A visão de Simmons é clara, como podemos ver, na seguinte passagem:

Thus, in order to be conscious of the tree outside my window, on Leibniz's view, I have to have not only a perception of the tree, but also a reflective second-order perception of that perception. This view of consciousness flies in the face of the

¹²⁴ “Leibniz’s generic term for mental activity is not ‘thought’ (*pensée, cogitatio*), as it is for the Cartesians, but ‘perception’ (*perception, perceptio*). As thought constitutes the essence of mental substance for Descartes, so perception constitutes the essence of mental substance for Leibniz (see PNG §2). This innovation is not merely terminological, however, for the terms are not co-extensive. As we have seen, Leibnizian perception includes something that Cartesian thought does not, namely, unconscious perception.” (SIMMONS, 2001, p. 40).

¹²⁵ Cf. SIMMONS, 2001, p. 32.

¹²⁶ SIMMONS, 2001, p. 43.

*Cartesian intuition that consciousness is built into the very notion of perception or thought, and built in at the ground level. It would sound to the Cartesian as if Leibniz is saying that in order to be conscious of the tree outside my window, I have to be conscious of being conscious of the tree outside my window. And that sounds like an excessive amount of consciousness (not to mention an epistemological disaster). Leibniz's substantive point, however, is that **consciousness is not built into the very notion of perception**. In perceiving *x*, a soul simply represents *x*; so far there is no consciousness involved. Thus, my perceiving the tree outside my window, in Leibnizian language, in no way suggests that I am conscious of the tree. Consciousness enters the mind with a second-order perception of my perception of the tree.*¹²⁷

Contudo, a interpretação de Simmons parece concluir mais do que a comparação com Descartes oferece. A partir da ideia de que a consciência não é um elemento constante da atividade mental e que, portanto, percepção e consciência não são sempre concomitantes para Leibniz, assim como o são para os cartesianos, a autora chega à conclusão de que esses dois conceitos não têm nenhuma correlação direta e que, deste modo, a única explicação para a consciência implica a admissão de um outro tipo especial de percepção. Contudo, não parece haver nada na distinção entre percepção e consciência que nos leve a afirmar a existência de percepções de segunda ordem, de acordo com Leibniz. Ou seja, o filósofo alemão, de fato, distingue os conceitos de percepção, como a atividade básica da mente, e de consciência, relativa a apenas alguns atos daquela; porém, tal distinção não parece implicar, ao menos necessariamente, uma disjunção total de uma e outra noção. Assim, esse argumento para a defesa da tese do HOT, baseado na comparação do pensamento leibniziano com o cartesiano, não parece ser suficiente para aceitarmos-la de imediato.

Outro defensor dessa tese, Rocco Gennaro, afirma que “[...] *the best explanation for what makes a mental state conscious is that it is accompanied by a thought (or awareness) that one is in that state*”¹²⁸. A ideia de Gennaro é a de que a apercepção é um pensamento ou percepção de segunda ordem, que tem como conteúdo não mais algo externo, mas, antes, a representação do sujeito, isto é, do Eu, que, naquele momento, percebe algo externo. Assim, para o autor, todo estado consciente envolve necessariamente a autoconsciência, apesar de, como vimos, admitir graus, dependentes do tipo de apercepção envolvida¹²⁹. Ao

¹²⁷ SIMMONS, 2001, p. 54-55. Grifo nosso.

¹²⁸ GENNARO, 1999, p. 353.

¹²⁹ “I suggest that *self-consciousness is simply having meta-psychological or higher-order thoughts, even when the HOT is not itself conscious*. I have therefore argued at length that

contrário de Simmons, Gennaro não fornece nenhum argumento excepcional para sua interpretação, afirma apenas que é uma boa explicação para o fenômeno da consciência e para algumas dificuldades engendradas por tal noção dentro do próprio pensamento leibniziano¹³⁰. Contudo, é importante tratarmos da defesa que faz de sua interpretação em relação a duas passagens consideradas problemáticas na obra de Leibniz. A primeira é a seguinte passagem dos *Princípios da Natureza e da Graça*, que se tornou polo de controvérsias entre os comentadores de Leibniz:

*Ainsi il est bon de faire distinction entre la perception qui est l'état interieur de la Monade representant les choses externes; et l'Apperception, qui est la conscience ou la connaissance reflexive de cet état intérieur, laquelle n'est point donnée à toutes les Âmes, ni toujours à la même Âme.*¹³¹

O trecho citado dos *Princípios* parece ser uma forte objeção à interpretação de Gennaro, já que Leibniz tomaria aqui a apercepção como sinônima de consciência e de conhecimento reflexivo. De fato, esta é uma das passagens em que McRae se baseia para afirmar a identificação desses conceitos, como já vimos¹³². Entretanto, Gennaro oferece uma leitura alternativa. Segundo o autor, Leibniz aqui marca a disjunção entre consciência e conhecimento reflexivo através da conjunção “ou” em francês, de forma a possibilitar à apercepção identificar-se ora com uma, ora com outra. Se assim for lida tal passagem, seremos levados a compreender a apercepção não como idêntica à consciência, mas como capaz de ser, ela mesma, consciente, ou não. Isto seria um indício de que, para Leibniz, a consciência e a apercepção dizem respeito, em geral, a níveis distintos, a saber, a percepções de primeira e de segunda ordem respectivamente. A ideia de Gennaro parece ser, assim, a de que, se consciência e apercepção não são o mesmo, e se a apercepção ora pode ser relacionada com a consciência, ora não, então haveria uma brecha no texto leibniziano que permitiria supor que, para o filósofo, a consciência depende da apercepção e que, por isso, esta deve ser

consciousness entails self-consciousness, but more important here is that there are degrees or levels of self-consciousness, with introspection as its more complex form. All introspection involves self-conscious states, although not necessarily vice versa. Thinking about one's own mental states is definitive of self-consciousness, but nothing requires that the HOT itself be conscious. Just as one might have nonconscious thoughts directed at the world, one might have them directed at one's own mental states.” (GENNARO, 1999, p. 354).

¹³⁰ Cf. GENNARO, 1999, p. 353.

¹³¹ PNG, p. 35-37.

¹³² Ver: p. 49. Cf. McRAE, 1976, p.33.

entendida como algo de uma ordem distinta das meras percepções ditas conscientes, ou não, isto é, deve ser uma percepção de segunda ordem¹³³.

Todavia, ainda que reconheçamos certa ambiguidade na conjunção “ou”, não nos parece que tal fato seja suficiente para que se afirme uma disjunção e, principalmente, a distinção entre apercepção e consciência. Um defensor da interpretação de Gennaro poderia, contudo, objetar que ou bem aceita tal interpretação, ou bem a de McRae; ora, como a de McRae se mostrou problemática no que tange à questão dos animais, a de Gennaro deve ser preferida em detrimento daquela. Entretanto, cremos que a negação da disjunção não acarreta, necessariamente, a identificação dos termos, isto é, “apercepção”, “reflexão” e “consciência”. Antes, parece mais plausível um descuido de linguagem de Leibniz, do que uma contradição em seu sistema, já que nesse mesmo texto, *Princípios da Natureza e da Graça Fundados na Razão*, adiante, o filósofo defende que os animais não são seres dotados de razão, apesar de terem sensibilidade, isto é, de aperceberem.

A outra passagem contra a qual Gennaro busca defender a tese do HOT, é o seguinte trecho da *Monadologia*:

O estado passageiro, envolvendo e representando uma multiplicidade na unidade ou na substância simples, é precisamente o que se chama de *Percepção*, que deve distinguir-se da apercepção ou da consciência, como adiante se verá.¹³⁴

Mais uma vez Gennaro visa à conjunção “ou”, mas agora defende que, ao invés de indicar uma disjunção, indica uma união. Com isto, o autor afirma que Leibniz frisa a necessidade de distinguir a percepção da apercepção e da consciência, isto é, tanto de uma, quanto da outra. Deste modo, apercepção e consciência não seriam conceitos idênticos e, portanto, como vimos, seria possível afirmar que Leibniz defende a apercepção como uma percepção de segunda ordem¹³⁵.

Contudo, mais uma vez parece-nos que Gennaro abusa do recurso à ambiguidade. No texto que imediatamente se segue à passagem citada, afirma Leibniz “Foi este o ponto onde falharam os cartesianos, ao desprezarem as

¹³³ Cf. GENNARO, 1999, p. 360.

¹³⁴ M, §14.

¹³⁵ Cf. GENNARO, 1999, p. 360.

percepções inapercebidas.”¹³⁶ Portanto, parece claro que o filósofo quer marcar que há dois grupos de percepções, a saber, as apercebidas e as inapercebidas, a fim de, com isso, criticar os cartesianos por conceberem que o sujeito é sempre consciente de suas percepções, isto é, de todo pensamento. Para tanto, na frase anterior, Leibniz somente poderia diferenciar percepção de apercepção, entendida como sinônima de consciência, o que compromete a interpretação de Gennaro.

Posto isto, a tese do HOT parece carecer de argumentos a seu favor como uma boa interpretação do conceito leibniziano de apercepção. Além disso, a defesa da apercepção como uma percepção de segunda ordem envolve algumas dificuldades justamente acerca dos seus pilares, a saber, da própria noção de percepção de segunda ordem e da consciência das percepções de primeira de ordem.

A primeira questão que se impõe é acerca do próprio significado, para Leibniz, de uma percepção de tipo especial, isto é, de segunda ordem. Antes de tudo, deve ser dito que essa classificação foi cunhada pelos comentadores defensores da HOT, e que o próprio filósofo não parece conceber séries distintas de percepções. Porém, admitamos a existência, ainda que implícita, de tal distinção no pensamento leibniziano. Segundo a formulação de Gennaro e de Simmons, a apercepção nada mais seria do que uma percepção, isto é, uma representação, ainda que do sujeito que percebe algo externo. Dito assim, contudo, não parece haver nada na natureza deste tipo de percepção que a torne diferente das demais, ainda que o conteúdo expresso seja distinto. Com isto, conclui-se que a apercepção seria apenas um nome diferente para um tipo de representação, tal como quando dizemos “percepção sensível” para nos referirmos às impressões de origem material. Deste modo, a ideia de uma percepção de segunda ordem parece desprovida de um sentido preciso, isto é, de um sentido que a torne especial. Deve, portanto, ser entendida como uma representação semelhante às demais percepções.

A falta de clareza quanto a essa ideia básica de percepção de percepções compromete também a explicação que os defensores da HOT buscam dar a respeito da consciência. Esses comentadores afirmam que tal estado é explicado pela existência efetiva de uma percepção de segunda ordem. Contudo, devem-se

¹³⁶ M, §14. Grifo nosso.

distinguir duas possibilidades: ou se a consciência é identificada com tal percepção secundária, isto é, se estar consciente é ter uma tal percepção, ou se ela mesma provém de tal percepção. Simmons parece defender que o estado consciente se identifica com essa percepção especial¹³⁷. Porém, se consciência e percepção de segunda ordem se identificam, então se defende que esta nada mais é do que uma percepção, que, contudo, tem um objeto especial, a saber, outras percepções. Nesse sentido, diriam que ter consciência é ter uma percepção de que se está percebendo algo. Ora, para explicar como se pode ter consciência de uma percepção, é introduzida a própria noção de percepção, o que parece ser redundante e, portanto, insuficiente para explicar o fenômeno da consciência.

Gennaro, no entanto, defende explicitamente que a percepção e consciência não se identificam, podendo, assim, haver uma percepção de segunda ordem sendo ela mesma não consciente, apesar de tornar uma percepção de primeira ordem consciente. Todavia, essa possibilidade não parece ser mais favorável à tese do HOT. Dizer que a consciência é um estado de natureza distinta da percepção e, mais, que surge por conta da presença de uma certa percepção, nada mais é do que estender o problema. Caberia ainda explicar, como já dissemos, como algumas percepções têm essa capacidade de gerar consciência, ao passo que outras, não. Ao invés de multiplicar as séries de percepções, diferenciando percepções de primeira e segunda ordem, parece mais simples adotar uma única série, da qual provenha o estado de consciência, de modo a buscar uma explicação melhor para a própria existência de tal estado.

Outra barreira contra a qual a tese do HOT deve ser confrontada é relativa ao conceito de distinção, bem como ao que este encerra, como as ideias de

¹³⁷ “It is not clear just how reflective second-order perception is supposed to introduce consciousness into one’s perceptual life: if perceptions are not intrinsically conscious, then why think that adding more of them will produce consciousness? Second-order representations do not normally produce consciousness (for example, a photograph of a painting), so why should they in this case? One might argue on Leibniz’s behalf that what is distinctive about second-order perception is that it is reflective and so represents not any old representation but a representational state of itself. That argument only goes so far: a painting like the Arnolfini Wedding that represents a room with a mirror reflecting some part of the room arguably includes a (literally) reflective second-order representation of a representational state of itself, but all without consciousness. At this point, I think Leibniz’s only resource is to appeal to the difference between mental representation and corporeal representation generally: the simplicity of the representing subject that affords a single point of view. In the reflective second-order perception constitutive of consciousness, unlike other second-order representations, the perceiving subject must represent a representational state of herself as hers or as a state of the self-same subject. This need not require full-blown concept of the self, something had only by rational minds. If it did, then animal consciousness would be jeopardized.” (SIMMONS, 2001, Nota 46, p. 55).

percepções ínfimas, de “pequenos” acréscimos e, principalmente, de graus (de distinção). Como vimos, Leibniz toma as noções de apercepção e de consciência como estreitamente ligadas à ideia de distinção¹³⁸; entretanto, de acordo com a teoria do HOT, não parece haver nenhuma correlação direta entre elas. De fato, de acordo com os defensores de tal tese, a consciência seria um estado causado pela presença de uma percepção de segunda ordem, e, dessa forma, não teria nenhuma relação com qualquer característica das percepções de primeira ordem, isto é, um estado consciente ocorreria independentemente de essas percepções serem distintas ou não. Poder-se-ia, contudo, objetar que tais características afetam ou acarretam de algum modo a consciência: por exemplo, atraindo as percepções de segunda ordem¹³⁹. Deste modo ficaria estabelecido, um vínculo entre distinção, apercepção e consciência. Ainda assim, porém, a crítica se manteria, uma vez que o conceito de distinção não estaria diretamente envolvido no de consciência, mas seria somente um elemento indireto para o surgimento de um estado consciente. O essencial para a ocorrência deste último seria a presença de uma percepção de segunda ordem, e não uma percepção distinta. Destarte, cabe ainda ao defensor da tese do HOT lidar com a dificuldade de, por um lado, Leibniz afirmar a dupla implicação das noções de consciência e distinção, e, por outro, defender que a consciência é fruto, antes de mais nada, da presença de uma percepção de segunda ordem.

Além dessas dificuldades envolvidas na defesa da tese do HOT, tal teoria ainda envolve um grave problema para o pensamento leibniziano, que, na verdade, constitui a mais forte objeção a ela. Um estado consciente, de acordo com os defensores do HOT, é fruto da presença de uma percepção de segunda ordem. Com isto, a consciência diria respeito a um acontecimento do tipo “tudo ou nada”, isto é, ou tal percepção está presente e há consciência, ou simplesmente não está presente e não há consciência. Disto decorre que a passagem de um estado não consciente para um consciente não se dá por graus, mas é imediata, “instantânea”. Ora, se a consciência for um fenômeno desse tipo, então ela não segue o princípio do contínuo, que reza que toda mudança na natureza ocorre por etapas. Mas, segundo essa interpretação, entre um estado não consciente e outro

¹³⁸ Como fica claro na seguinte passagem: “Não estamos nunca sem percepções, mas é necessário que estejamos muitas vezes sem apercepções. Isso ocorre quando não existem percepções distintas.” (NE, II, 19, p. 114). Ver: seção 2.1.

¹³⁹ Esta é, de fato, a posição de Simmons, que veremos em detalhes a seguir.

consciente não pode haver nenhum estado intermediário, uma vez que não pode haver nenhuma percepção intermediária entre as de primeira e as de segunda ordem. Ora, como vimos, a existência de estágios intermediários, garantidores de uma mudança gradual, constitui para Leibniz a própria ideia de contínuo, expressa pelo requisito da densidade¹⁴⁰. Assim, por afirmar a existência de duas séries de percepções distintas, a teoria do HOT rompe com o requisito da densidade, que é essencial para a noção de continuidade.

Poder-se-ia, contudo, objetar que, apesar de percepção e apercepção serem relativas a tipos diferentes de representação, isto é, de primeira e de segunda ordem, respectivamente, ambas se dariam numa mesma e única série, já que estariam presentes de forma subsequente, uma após a outra. Com isto, seria eliminada a ideia de duas séries distintas e, portanto, se poderia falar em continuidade na mudança de um estado não consciente para um consciente. Isto, porém, não parece ser suficiente para negar o rompimento da densidade. Ainda que se defenda que a passagem da percepção para a apercepção, com o conseqüente surgimento de um estado consciente, ocorre numa mesma série, o ponto de Leibniz parece ser o de que essa passagem não é uma qualquer, mas envolve uma mudança de natureza, e que, mesmo assim, deve haver graus entre uma e outra. Contudo, para o defensor da tese do HOT, nada poderia intermediar essa mudança, pois a percepção é ou bem de primeira ordem, ou bem de segunda, sendo inconcebível um terceiro tipo. Assim, a consciência ocorreria, de acordo com esses comentadores, instantaneamente, com a presença da apercepção, isto é, de uma percepção de segunda ordem, não havendo lugar para qualquer recurso que pudesse garantir a continuidade daquela passagem, como, por exemplo, com o apelo a graus de apercepção.

Todavia, o princípio do contínuo é fundamental para a filosofia de Leibniz, e, portanto, não pode ser simplesmente descartado, o que cria um embaraço para os defensores da tese do HOT. Tampouco, como um último recurso, pode ser negado por tais comentadores que a consciência, para Leibniz, por ser um fenômeno da natureza, seja regido pelo princípio do contínuo. Portanto, cabe aos defensores da teoria do HOT explicar como seria possível, para o filósofo alemão, assegurar ambas as teses, a da existência de percepções de segunda ordem, que

¹⁴⁰ Ver seção 1.2.

justificariam a consciência, e a do princípio do contínuo aplicado a toda mudança na natureza. A seguir, veremos a mais consistente das tentativas de explicação.

3.2

The Grounding Thesis

A *Grounding Thesis* (GT) é uma versão da teoria do HOT apresentada e defendida por Alison Simmons em seu artigo *Changing the Cartesian Mind: Leibniz on Sensation, Representation and Consciousness*, no qual lida diretamente com o problema do contínuo relacionado à consciência. A GT assevera que o princípio do contínuo não é rompido por uma mudança descontínua contanto que esta seja fundada (*grounded*) numa mudança contínua. Ou seja, de acordo com a autora, o princípio do contínuo não prescreve que todas as mudanças sejam contínuas, mas apenas que todas sejam fundadas em alguma mudança contínua. Nas palavras de Simmons:

*[...] The point of the principle of continuity is not that all change is continuous, but that all change is **grounded** in or occurs through some continuous change. Thus, the discontinuous change from unconscious to conscious perception is grounded in a continuous change in some other feature of perception, here described as their size.¹⁴¹*

Deste modo, a tese de Simmons é a de que o princípio do contínuo não envolve ou demanda uma continuidade em todos os níveis. Pelo contrário, haveria, sim, casos específicos de aparente descontinuidade, que, contudo, não gerariam nenhuma contradição no pensamento leibniziano, uma vez que não romperiam com o princípio do contínuo, já que estariam fundados (*grounded*) em alguma continuidade.

Simmons sustenta que, para Leibniz, a consciência é explicada pela presença de uma percepção de segunda ordem, cuja aparição seria fundada no aumento contínuo do grau de distinção das percepções de primeira ordem:

I now want to suggest that the discontinuous change from unconscious to conscious perception is grounded in a continuous change in perceptual distinctness. This

¹⁴¹ SIMMONS, 2001, p. 45. Grifo nosso.

*point dovetails with the suggestion that perceptual distinctness explains the presence of consciousness [...].*¹⁴²

Com isto, o aparecimento de uma apercepção, mesmo constituindo uma série diferente das meras percepções, não configuraria uma descontinuidade, já que dependeria das mudanças de distinção daquelas.

Além disso, a interpretação de Simmons defende a ideia de Leibniz segundo a qual uma percepção consciente surge como consequência de uma mudança gradual, apesar de não se referir diretamente a esta. O ponto de partida da autora para tal afirmação é o de que distinção e consciência não são o mesmo: enquanto a primeira ocorre em graus, isto é, paulatinamente, para mais ou para menos, a segunda, não¹⁴³. A ideia, que já nos é familiar, é a de que, por um lado, a consciência é fruto de uma percepção de segunda ordem, que está, ou não, presente, e, portanto, não admite graus. Por outro lado, uma percepção é distinta porque é “*distinctive*”, isto é, de acordo com a autora, a distinção ocorreria para Leibniz quando uma percepção se destaca, possui um relevo que a faz aparecer no meio das demais, o que permite graus dependendo do quanto é possível distingui-la das outras¹⁴⁴. A partir de tal diferença, a autora sugere que é apenas na medida em que as percepções primárias se tornam cada vez mais distintas que passaria a ser possível o aparecimento de uma percepção de segunda ordem que as tornaria conscientes. Deste modo, segundo Simmons, seria o processo gradual e contínuo de aumento de distinção das percepções de primeira ordem, que, destacando-as das demais, possibilitaria o aparecimento de uma percepção de segunda ordem, que, em razão de sua presença, tornaria aquelas conscientes; e tal aparição, assim fundada na continuidade relativa às percepções primárias, seria também contínua¹⁴⁵.

Isto, porém, não significa, segundo a autora, que a própria passagem para um estado consciente se dê em graus:

¹⁴² SIMMONS, 2001, p. 57.

¹⁴³ “*Finally, there is a crucial difference between distinctness and consciousness: the former comes in degrees while the latter does not. A perception may be more or less distinct, but, given Leibniz’s analysis of consciousness, a perception cannot be more or less conscious: it is either attended by a second-order perception or it is not.*” (SIMMONS, 2001, p. 57).

¹⁴⁴ Já analisamos criticamente essa compreensão do conceito de distinção. Ver: p. 45.

¹⁴⁵ Uma vez que o princípio do contínuo, para Simmons, exige apenas que uma mudança esteja fundada num processo contínuo, mesmo a apercepção, imediata, por estar fundada no aumento contínuo de distinção das percepções de primeira ordem, seria também, uma mudança contínua.

*Conscious perception, like anything else, cannot come into existence out of nowhere but must be the result of a gradual and continuous change. But then, Leibniz argues, it must arise gradually “by degrees from [perceptions] that are too minute to be notice” (NE Preface). Those unnoticed perceptions are unconscious perceptions. A word of caution here. Leibniz is not arguing that consciousness comes in degrees, that is, that more conscious perceptions come from less conscious ones.*¹⁴⁶

A ideia da autora é, assim, a de que o surgimento de uma percepção de segunda ordem dependeria de um processo, isto é, seria gradual e mediada pelo aumento de distinção das percepções de primeira ordem. Porém, a tomada de consciência, em si mesma, ocorreria, por assim dizer, instantaneamente, bastando, para tanto, a presença daquela percepção.

Segundo Simmons, portanto, por um lado, o princípio do contínuo diz respeito a séries contínuas, de modo que tal remissão pode ser direta ou indireta (em razão da ideia de fundamento); e, por outro lado, a consciência seria um estado refletido por uma percepção de segunda ordem, que surgiria devido ao aumento, no grau de distinção, de uma percepção de primeira ordem. Com isto, a leitura de Simmons teria a vantagem de recuperar o conceito de distinção para a explicação da consciência, o que, como vimos, era uma das dificuldades que a defesa da tese do HOT enfrenta¹⁴⁷. Isto, contudo, ainda não parece suficiente para eliminar de todo tal dificuldade, uma vez que, para a autora, apenas as percepções primárias envolveriam a noção de distinção, ao passo que a consciência seria um acontecimento do tipo “tudo ou nada”, que envolveria aquela noção, não direta, mas apenas indiretamente, isto é, dependendo da relação com as percepções de primeira ordem.

A GT, apesar de ser uma interpretação interessante, já que apresenta uma solução para o problema do contínuo associado à consciência, suscita, contudo, algumas dificuldades que nos parecem incontornáveis. A primeira e mais clara diz respeito à noção essencial que a GT envolve, a saber, a de fundamento (*grounded*). Como muito bem sintetiza Larry Jorgensen, comentador crítico da teoria do HOT:

The grounding thesis can be formulated in the following way:

¹⁴⁶ SIMMONS, 2001, p. 45.

¹⁴⁷ Ver: p. 68.

(GT) Any change, C, either (a) is continuous itself, or (b) is grounded in some continuous change, C'.

The first half of the thesis is clear enough, and indeed we find Leibniz saying just this: "all natural change is produced by degrees."¹⁴⁸ The second half, however, requires some defense—what is the grounding relation that allows a discontinuous change to be regarded as legitimate?¹⁴⁹

Uma tentativa de explicação é fornecida pela própria Simmons: a noção de fundamento envolveria a noção de atração. Uma percepção de primeira ordem atrairia uma de segunda, isto é, a passagem de um estado não consciente para um consciente se daria em virtude da atração que as percepções ordinárias exerceriam nas superiores. Tal atração seria devida ao grau de distinção da percepção de primeira ordem, o que condiz, ou melhor, exprimiria a essência da tese leibniziana de que a consciência se manifesta por graus de distinção. Destarte, uma percepção qualquer, na medida em que se destaca das demais, atrairia uma percepção de segunda ordem, que a tornaria consciente. Ou seja, “[...] *at a certain point perceptions are distinct enough that they attract a second-order perception and thereby become conscious perceptions.*”¹⁵⁰ Deste modo, de acordo com Simmons, as percepções de primeira ordem seriam mais ou menos distintas, a ponto de, num determinado momento, isto é, quando atingem certo patamar de distinção, atraírem as percepções de segunda ordem, ocasionando o estado de consciência.

A dificuldade de tal solução encontra-se, a nosso ver, no fato de a autora introduzir a noção de atração a fim de explicar como se pode dizer que uma percepção de segunda ordem é fundada numa de primeira, sem, contudo, apresentar nenhum ganho explicativo. Antes, essa introdução parece apenas fornecer uma troca de vocabulário, permanecendo obscuras tanto a relação de atração quanto a de fundamento. De fato, a atração pode querer dizer que já há uma percepção secundária que se encontra de alguma forma guardada e que, em determinado momento, simplesmente aparece. Isso, porém, seria problemático, uma vez que o conteúdo dessa percepção, o Eu que percebe determinado objeto, teria que ser pré-definido antes mesmo da atualização do primeiro objeto e da primeira percepção¹⁵¹. Além disso, por toda a exposição dos defensores da tese do

¹⁴⁸ Referência à M, § 13.

¹⁴⁹ JORGENSEN, 2009, p. 237.

¹⁵⁰ SIMMONS, 2001, p. 57.

¹⁵¹ Não é necessário entrarmos aqui na discussão do determinismo leibniziano, pois este seria efetivo independentemente da consciência ser gerada, por percepções de segunda ordem, ou não;

HOT, inclusive de Simmons, a apercepção se daria imediata e conjuntamente, por assim dizer, com a percepção de primeira ordem a ela relacionada, o que dificulta ainda mais aquela compreensão da ideia de atração. Outra dificuldade suscitada por essa noção de atração seria o fato de que, se um estado consciente é causado pela presença de uma percepção de segunda ordem, afirmar que ela sempre se encontra, de alguma forma, na mente, parece ser o mesmo que afirmar que há sempre consciência, o que é um resultado indesejado por aqueles comentadores, já que o próprio Leibniz rejeita tal possibilidade.

Poder-se-ia, porém, querer dizer que uma percepção de segunda ordem é atraída por uma de primeira, porque esta *causa* aquela, no sentido de torná-la atual; ou seja, a apercepção envolve a ideia de potência, e a atração, a de causalidade. Com isto, uma percepção básica se tornaria distinta das demais, a ponto de causar uma percepção de segunda ordem, que existiria potencialmente. Contudo, a dificuldade que tal interpretação engendra diz respeito à noção de causalidade. Ainda que Leibniz possa conceber o conceito de potência relativamente às percepções¹⁵², não é claro como o destacamento de uma em relação às demais possa causar a outra. Ao contrário, quando uma percepção se torna distinta o bastante parece poder simplesmente atrair, isto é, fazer com que voltemos nossa atenção para ela, e não causar uma nova percepção, ainda que de segunda ordem¹⁵³. Assim, a ideia de atração parece desprovida de uma explicação cabal, e isto, portanto, a compromete.

Fora a dificuldade quanto à noção de atração, duas outras objeções, elaboradas por Jorgensen, podem ser opostas à interpretação de Simmons no que

e, portanto, não parece poder ser utilizado aqui como um recurso para se admitir a pré-existência dessas percepções.

¹⁵² E até mesmo em geral, uma vez que Leibniz parece substituir a ideia de potência pela de virtualidade, que envolveria uma noção de pré-determinação ausente na primeira. Além disso, a ideia de virtualidade, nesse contexto, parece dizer respeito muito mais às ideias inatas, que são entendidas como disposições e que são, por assim dizer, reveladas por um processo de introspecção e análise, com o uso da faculdade da razão; o que passa ao largo da ideia de consciência, como também defende Simmons: “*In talking about conscious perception, Leibniz awkwardly but persistently speaks of ‘noticing’ (first-order) perceptions. Noticing a perception of x is not a matter of introspection whereby I turn my attention inward and become aware of my own mental states as such; it is rather, as Leibniz employs the expression, what constitutes my having a conscious perception of x in the first place.*” (SIMMONS, 2001, p. 55).

¹⁵³ Simmons e outros defensores da tese do HOT poderiam querer sustentar que a noção de percepção de segunda ordem encerra justamente a ideia de atenção, o que seria uma saída para a objeção que formulamos. Contudo, Leibniz não parece confundir as duas ideias, uma vez que, enquanto percepção, a primeira seria uma mera representação, diferentemente da segunda, que seria um ato mental independente da noção de representação e, ao mesmo tempo, uma condição para a consciência de representações.

tange à tentativa de solucionar o problema do contínuo. A primeira é que a ideia de atração parece ser contrária a uma ideia mais geral de causalidade, baseada no princípio do contínuo. De acordo com aquela interpretação, as percepções ínfimas são inconscientes e, na medida em que se tornam distintas, atraem outras de segunda ordem. Com isto, haveria um ponto determinado no grau de distinção que as tornaria atraentes, de modo que qualquer pequena diferença ainda não seria suficiente para causar tamanho efeito. Ora, poderíamos então compreender que, segundo a autora, com o aumento paulatino de distinção, haveria uma causa atual, que, contudo, não geraria o seu efeito, mesmo havendo uma pequena diferença para que se pudesse alcançar o nível necessário de atratividade. Partindo da ideia que toda causa determinada possui um efeito determinado, o aumento de distinção é considerado a causa da atração das percepções de segunda ordem. Contudo, o efeito dessa causa apenas surge quando se atinge o grau suficiente para tanto. Ou seja, o aumento gradual de distinção não teria nenhum efeito enquanto não fosse atingindo um determinado nível, necessário para a atração, mesmo havendo uma pequena diferença para que este seja alcançado. Deste modo, estar-se-ia introduzindo aqui uma descontinuidade entre a causa, a distinção das percepções de primeira ordem, e o efeito, a atração de uma percepção de segunda ordem, o que era justamente aquilo que a ideia de atratividade teria visado suprimir¹⁵⁴.

A outra crítica que Jorgensen formula à concepção de Simmons se baseia na discussão de Leibniz com os cartesianos a respeito do movimento. De acordo com o autor, admitindo a possibilidade de tais descontinuidades, Leibniz teria que admitir também que um movimento numa determinada direção pode surgir instantaneamente, a despeito do aumento progressivo de velocidade na direção contrária, sendo suficiente que surja fundado (*grounded*) nesse processo contínuo. Ou seja, em razão da continuidade do aumento de velocidade, poder-se-ia afirmar a continuidade de uma mudança brusca de direção, já que esta estaria fundada naquela. Ao contrário, para Leibniz, toda mudança deve ser contínua de maneira que, por exemplo, uma bola acelerada em linha reta numa direção (direita) não

¹⁵⁴ “According to this interpretation, an infinitesimal change could result in a very large difference, viz. the transition from a non-conscious to a conscious perception. Since consciousness does not admit of degrees, according to this interpretation, and since it is supposed to be grounded in continuous changes in perceptual distinctness, there will be some point in the distinctness continuum at which a higher-order thought is attracted. Make an infinitesimally small change in distinctness and the higher-order thought is no longer attracted. The effect does not correspond with the cause and, were we to graph the results of this transition, the graph would include gaps similar to the graph of the Cartesian laws of motion.” (JORGENSEN, 2009, p. 238).

pode abruptamente correr na direção contrária (esquerda); antes, deve haver uma aceleração contrária, que inicialmente reduza a sua velocidade para, em seguida, fazê-la mover-se em tal direção (esquerda). Portanto, é incompatível com o pensamento do filósofo alemão afirmar que na situação inicial a bola, mesmo acelerada para a direita, corra para a esquerda de maneira instantânea e que tal mudança seja contínua, com base na ideia de que seria suficiente que tal mudança estivesse fundada no aumento contínuo da velocidade no estágio inicial. Destarte, se for admitido que uma causa possa efetivamente existir sem o seu efeito correspondente, tal como o acréscimo de distinção pode, por uma pequena diferença, não atrair uma percepção de segunda ordem, então a crítica leibniziana à teoria do movimento de Descartes deve ser abandonada, já que qualquer mudança dita súbita pode ser entendida de forma contínua, através da ideia de fundamento (*grounded*)¹⁵⁵.

Além deste problema com relação ao movimento e a Descartes, a GT se depara com uma crítica ainda mais fundamental. Como vimos, a ideia básica a partir da qual essa interpretação é construída é a de que o princípio do contínuo não exige que toda mudança seja contínua, mas que seja, ao menos, fundada em alguma mudança contínua. Excluída, porém, a objeção óbvia de falta de respaldo textual, já que Leibniz é explícito quanto à ideia de que toda mudança natural é contínua, deve ser dito que a GT, ainda assim, rompe com o requisito da densidade e, portanto, com o próprio princípio do contínuo. Como vimos, a ideia de continuidade envolve a noção de que os elementos das séries distintas tenham a mesma fronteira, de modo a possibilitar a existência de elementos intermediários¹⁵⁶. Contudo, a GT nega isso, ao defender uma suposta continuidade entre séries distintas, entre as quais não há nenhum grau ou estágio intermediário. Destarte, tal tese não resolve o problema de explicar como seria possível a Leibniz

¹⁵⁵ “[...] (GT) as it stands can be used by the Cartesians to respond to Leibniz’s criticisms of Descartes’s laws of motion. The Cartesians could reply by saying that the Cartesian laws of motion are not problematic, since, although there is a genuine discontinuity as Leibniz points out, it is a discontinuity that is grounded in a continuous change. Consider the case where bodies B and C are of equal mass but unequal velocity, C having greater velocity than B. Then gradually and continuously change the velocity of C until it is equal to that of B. At the point of equality, C changes suddenly from having a progressive motion to a regressive motion, and this is the discontinuity that Leibniz finds disturbing. But, the Cartesians could say, Leibniz need not be disturbed by this, since he allows for (GT). The continuous change in velocity is what grounds the discontinuous change, since it approaches continuously until it results in a regressive motion.” (JORGENSEN, 2009, p. 238).

¹⁵⁶ Ver: seção 1.2.

afirmar, ao mesmo tempo, que a consciência é fruto de uma percepção de segunda ordem e que isto não é suficiente para anular o princípio do contínuo. Claramente o aponta Jorgensen:

Additionally, the Grounding Thesis seems to go against one aspect of the density requirement introduced in section 1. The way Leibniz formulated the continuity of cases made clear that the density of the original series and the density of the results would be equal. The Grounding Thesis denies this. The textual evidence seems very clear that, for Leibniz, all change is continuous change and there are no actual discontinuities in the natural world.¹⁵⁷

Deste modo, a *Grounding Thesis* ainda afirmaria uma descontinuidade irreversível, apesar de ter sido formulada com o intuito de solucionar a dicotomia instaurada pela teoria do *higher-order thought* entre a tese da consciência concebida como decorrente de uma percepção de segunda ordem e o princípio do contínuo. Com isto, a própria teoria do HOT fica comprometida, uma vez que a GT visava fornecer sustentáculos contra a mais forte objeção àquela. Portanto, por causa das diversas dificuldades que elencamos acima, a tese do HOT não parece ser uma boa explicação para o conceito leibniziano de apercepção, o que nos leva a analisar, a seguir, uma segunda teoria acerca deste.

¹⁵⁷ JORGENSEN, 2009, p. 238.